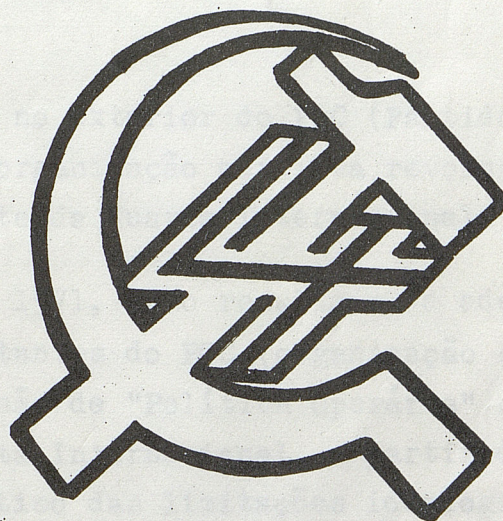


don 62138

1974, avril



COMBATE



POC COMBATE

org. simpatizante da quarta internacional

4° P 9187

a p r e s e n t a ç ã o

Esta revista é um órgão no exterior do POC (Partido Operário Comunista) - Combate, organização marxista revolucionária brasileira, simpatizante da Quarta Internacional.

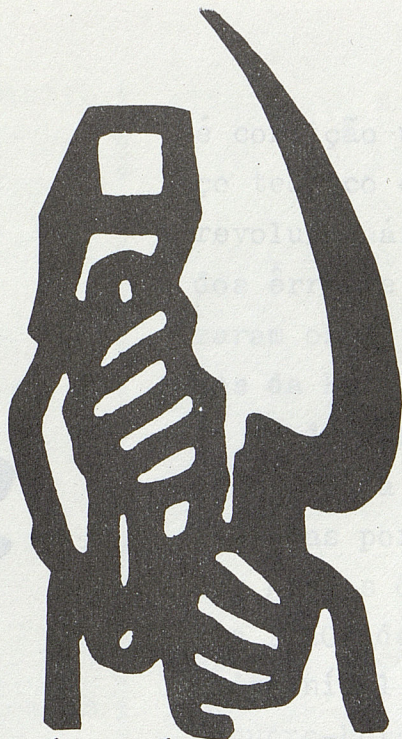
O POC-Combate nasceu em 1971, como resultado da adesão de diversos dirigentes e militantes do POC (organização centrista fundada em 1968 pela fusão de "Política Operária" com a Oposição Leninista) à Quarta Internacional, a partir de um balanço crítico e auto-crítico das limitações ideológicas e políticas do seu partido (alguns membros do POC já haviam aderido individualmente à Quarta em 1969, participando como observadores no 9º Congresso Mundial). A tendência marxista revolucionária do POC elabora em 1971 um documento composto de 5 teses (sobre o movimento operário, a estratégia de guerra revolucionária, o internacionalismo, etc...ver revista Combate nº1) com o qual procura ganhar o conjunto da organização para suas posições. Este projeto foi impedido pela brutal repressão que se abateu sobre o POC em julho de 1971, no decorrer da qual é assassinado pela polícia brasileira o principal dirigente desta tendência, o camarada Luís Eduardo Merlino ("Nicolau"), morto após selvagens torturas por recusar-se a entregar qualquer informação à polícia. O camarada Merlino, militante de extraordinário valor intelectual e político, foi o autor de nossas teses sobre o movimento operário.

rio, fruto de sua experiência pessoal na região do ABC de São Paulo, e de discussões com os dirigentes da Quarta Internacional, por ocasião da sua estadia na França em 1971 (quando assistiu ao IIº Congresso da ex-Liga Comunista). O assassinato de Luís Eduardo Merlino foi um duro golpe para o PCC-Combate, em vias de constituição, e para nosso movimento na América Latina.

Após um período de reorganização no Chile, onde se publica os dois primeiros números de nossa revista Combate - período em que colaboramos diretamente em várias tarefas políticas de seções da Quarta Internacional em outros países da América Latina, e em que participamos no debate no seio da esquerda revolucionária brasileira no Chile - o PCC-Combate conseguiu dar um salto qualitativo e está agora empreendendo de maneira mais acelerada o seu trabalho em função da reconstrução da organização no Brasil. No 10º Congresso Mundial da Quarta Internacional (1974) o PCC-Combate foi reconhecido oficialmente como organização simpatizante, mas praticamente desde 1971 já atuava em estreita relação com o Secretariado Unificado.

Para nós, a adesão à Quarta Internacional constituiu desde o começo um poderoso instrumento que nos ajudou a resistir a inúmeras pressões no sentido de estreitar nossas perspectivas face à conjuntura de baixa, e a elaborar de maneira adequada uma linha de atuação que, integrando tôdas as dificuldades da luta revolucionária hoje no Brasil, não abrisse mão das questões fundamentais. A visão histórica e internacional através da incorporação da trajetória da Quarta Internacional desde a Oposição de Esquerda em 23, nos ajuda a evitar as análises impressionistas e flutuantes.

Com esta publicação que lançamos agora queremos colaborar para pontificar uma discussão em tôda a esquerda revolucionária brasileira sobre as perspectivas do trabalho revolucionário no Brasil, que avancem no sentido de elaborar uma tática de intervenção para o momento atual e que constituam um impulso na aglutinação dos setores revolucionários.



Nós dedicamos êste número de nossa revista à memória de nosso camarada NELSON DE SOUZA KOHL, assassinado em Santiago do Chile pela junta militar fascista.

Nascido em 1940, Nelson foi diretor do "Curso de História do Grêmio" da Universidade de São Paulo e estudante de Ciências Sociais. Militante do Partido Operário Comunista em São Paulo, foi obrigado pela repressão policial a refugiar-se no Chile, onde se ligou ao grupo do POC-COMBATE em Santiago. Poucos dias após o golpe fascista, em 15 de setembro de 1973, sua casa é invadida pelos esbirros da FACH (Fôrça Aérea Chilena), que o prendem e encarceram na base aérea "El Bosque", para em seguida fazê-lo "desaparecer" definitivamente.

Com a morte de Nelson de Souza Kohl cai, vítima da reação fascista um militante conseqüente da Quarta Internacional, um combatente de vanguarda da revolução latino-americana. Assassinando Nelson, assim como TULLIO QUINTILIANO (marxista revolucionário brasileiro) e milhares de outros militantes latino-americanos e chilenos, a junta militar cumpre o seu papel histórico de cão de guarda a serviço da burguesia e do imperialismo.

O proletariado chileno e latino-americano farão com que Pinochet e sua quadrilha paguem esta dívida de sangue integralmente.

O QUE É O P.C.B. E PARA QUE SERVE ?

A esquerda revolucionária brasileira nasceu fundamentalmente de uma negativa: o rechaço à política oportunista, corrupta e reformista do Partido Comunista. Esse rechaço foi em grande parte intuitivo e empírico, sem partir de uma análise mais rigorosa da natureza do Partido Comunista.

Uma compreensão correta do verdadeiro caráter do PCB e da profunda raiz da sua degradação política é extremamente importante para a elaboração de uma linha autenticamente marxista e revolucionária para o Brasil.

Para nós a raiz do mal tem um nome: stalinismo. Sua erradicação

é condição necessária para o avanço teórico e prático da esquerda revolucionária e para imunizá-la dos erros e traições que caracterizaram os últimos trinta e cinco anos da história do PCB.

As duas explicações do caráter oportunista do PCB, geralmente sustentadas por companheiros de diversos grupos da ER (inclusive a velha PCLOP de antes de 68) são: o baixo nível do Partido e a origem pequeno-burguesa de sua direção. Examinemos estes dois argumentos mais profundamente:

1) O baixo nível teórico do PCB em geral e de sua direção em particular, sua ignorância com respeito ao marxismo, sua incompreensão da realidade nacional, etc. Esta explicação tende perigosamente ao idealismo, na medida em que atribui à "ignorância", à "falta de clareza" do Partido, sua oportunística prática política. Na verdade, a linha de colaboração de classes do PCB não é consequência de uma "debilidade teórica" em abstrato, mas da aplicação às condições brasileiras de uma estratégia reformista elaborada pela burocracia stalinista da URSS. Ainda que intelectuais e teóricos do PCB tenham elaborado conhecimentos verdadeiros e adequados da realidade brasileira, a ideologia oficial do Partido ignorou essas contribuições, na medida em que entravam em contradição com a sua

linha. Podemos citar um exemplo disso, entre muitos outros; Caio Prado Jr. já tinha detectado o caráter capitalista e mercantil da agricultura brasileira desde os anos 50, rechaçando explicitamente a teoria tradicional do PCB sobre o "feudalismo" no campo (ver por exemplo, Caio Prado Jr. em "Contribuição à Análise do Problema Agrário no Brasil", *Brasiliense*, Março de 1960, nº28). Isto não impediu, de forma nenhuma que os documentos do Partido continuassem imperturbavelmente insistindo sobre a "revolução democrática e anti-feudal" no Brasil. Não há pior cego que o que não quer ver. A miopia intelectual do PCB não é causa mas resultado da sua linha política.

2) A origem tenentista-militar-pequeno burguêsa da direção do PCB, e de Prestes em particular, transformou o PCB num partido pequeno-burguês radical, com uma ideologia pequeno burguêsa disfarçada de marxista.

Essa explicação, de tipo sociológico, não é satisfatória, pelas seguintes razões:

a) A origem social pequeno-burguêsa de um dirigente ou grupo de dirigentes, não é de forma alguma suficiente para caracterizar a sua linha política. Marx era de origem pequeno burguêsa, tanto como Lenin e a direção do Partido Bolchevique. Fidel e Che também o eram. Apesar disso, sua prática política foi muito

diferente da de Luís Carlos Prestes, Agildo Barata e outros da direção do PCB.

b) Outros partidos comunistas em América Latina têm tido uma direção de origem social proletária, o que não impediu que sua política fosse tanto ou mais oportunista que a do PCB. Um exemplo que pode ser tomado é o do velho PC Cubano (PSP), cujo dirigente Elias Roca era operário e líder sindical, onde a política de colaboração de classes o levou a participar em 1943 no governo de Batista, com um ministério, clima de reformismo e traição, que o mesmo partido brasileiro não conseguiu ultrapassar.

c) A caracterização da ideologia da direção e do próprio PCB como "pequena burguêsa" é incapaz de explicar a característica fundamental deste partido, que o distingue claramente das correntes ou partidos verdadeiramente pequeno-burguêses no Brasil e na América Latina. Por que o PCB, qualquer que seja o grau de degeneração oportunista a que chegou, nunca se transformou num instrumento direto do imperialismo como os partidos de origem pequeno burguêsa: MNR da Bolívia e APRA do Perú (ou os tenentistas de 1930).

Realmente para compreender o caráter do PCB é preciso colocar a política num lugar prioritário. Rechaçando as explicações idealistas e sociológicas, veremos que o fator fundamental para compreender a es-

sência do PCB nos últimos 35 anos, é sua natureza político-ideológica e sua inserção no sistema burocrático mundial, sob a hegemonia da URSS. Tal sistema não serve aos interesses do proletariado mundial como o fazia a Internacional Comunista na época de Lenin e Trotski (1919 a 1924), mas sim aos mesquinhos interesses da camada burocrática que assumiu o poder na URSS depois de Lenin, e cujo funcionamento nada mais é que uma miserável caricatura burocrática do internacionalismo proletário; o reformismo, o oportunismo, o colaboracionismo, as bruscas mudanças de linha, as reviravoltas arbitrárias tudo tem sua origem no princípio stalinista do Partido Comunista. Isto explica e dá uma profunda coerência à trajetória política do PCB desde 1935 até nossos dias.

Não é por acaso que Prestes e seus camaradas fizeram em diversas oportunidades "auto-críticas" em que destacam o "baixo nível teórico de todo o Partido, inclusive de seus dirigentes, e a origem pequeno-burguesa destes" (Luís Carlos Prestes, "Informe Político da Comissão Executiva ao Comitê Central do PCB" Maio de 1949, pag. 100 e 101.) Porém, nunca se autocriticaram por sua subordinação total e incondicional à burocracia moscovita, pelo caráter stalinista da ideologia, da estrutura e da prática do Partido.

Tal ideologia é "magnificamente" resumida pelas seguintes frases de Prestes: "a fidelidade ao internacionalismo proletário é qualidade básica dos militantes de um Partido como o nosso... Portanto não devemos poupar esforços no sentido de intensificar essa formação internacionalista em nossas fileiras, educação que deve consistir fundamentalmente em estimular o amor e a dedicação sem reservas à União Soviética e ao grande Stalin" (Prestes, "A luta pela paz, nossa tarefa central e decisiva", Problemas, março-abril nº39, 1952, pag. 47, sublinhado por nós).

Assim, se examinamos a história do Partido, veremos que o oportunismo e o reboque à burguesia não é fruto de "ilusões pequeno-burguesas" e as viragens da linha não são reflexo de "hesitações pequeno burguesas". Já é a linha stalinista que nos dá a trajetória do PCB, da virada à direita em 1937 da virada à "esquerda" em 1948 e até à virada oportunista definitiva depois de 1955. O elemento constante nestas viradas é a doutrina stalinista da revolução por etapas e da aliança com a burguesia nacional; as variações em torno a este tema, mais "direitistas" ou mais "esquerdistas" correspondem às mudanças de orientação na burocracia stalinista da URSS.

O único episódio no qual se pode falar de uma influência tenen-

tista pequeno-burguesa na política do Partido, foi a intentona de 1935, momento em que Prestes e seus colegas de armas acabavam de assumir a direção do Partido, trazendo ao mesmo tempo certa herança política de aventureirismo militar. Porém cabe destacar que mesmo esse episódio se realizou em estreita coordenação com o Comintern através de seus emissários no Brasil, Ghioldi e Artur Ewert (valente combatente, digno de melhor causa.) De qualquer forma, depois de 1935, os dirigentes do PCB se comportaram cada vez menos como ex-tenentes revolucionários, românticos e aventureiros, e cada vez mais como cinzentos burocratas stalinistas.

É a partir de 1937 que o PCB praticará abertamente, com uma notável e grande obstinação, a estratégia stalinista da revolução por etapas, isto é, a aliança com a burguesia supostamente "nacional e progressista" para realizar a revolução democrático-nacional, anti-feudal e anti-imperialista, postergando a revolução socialista. Em 1937 o PCB procura colaborar com a burguesia, chegando a considerar o apoio à candidatura oficialista de José Américo.

Isto provoca a oposição de uma minoria de esquerda, hegemônica em São Paulo, que será excluída e ter

minará por integrar-se à Quarta Internacional em 1938. Em uma auto-crítica em 1954 Prestes reconhece que no ano de 1937 o Partido caiu no oportunismo de substituir a hegemonia do proletariado pela hegemonia da burguesia (ver Informe de Prestes ao IVº Congresso do PCB dezembro de 1954, pag.91.)

É assim que a linha direitista, menchevique e nacional-reformista, consequência direta da estratégia stalinista da revolução por etapas, se agravará entre 1945-48. Em um livro editado em 1945, "União Nacional para a Democracia e o Progresso" (revelador título), Prestes proclamava: "Na realização progressiva e pacífica, dentro da ordem e da lei de um tal programa (de União Nacional), está sem dúvida a única saída para a crise política, econômica e social que atravessamos... imediatamente: o que convém a patrões e operários é resolver, de maneira armônica, franca e leal, por intermédio de comissões mistas nos locais de trabalho, e pelo acordo mútuo de sindicatos de classe, as divergências inevitáveis criadas pela própria vida... é por intermédio das suas organizações sindicais que a classe proletária poderá ajudar ao governo e aos patrões a encontrar soluções práticas, rápidas e eficientes para os graves problemas

econômicos do dia". (Prestes, União Nacional para a Democracia e o Progresso, Ed. Horizonte, Rio, 1945, pag.15, 21 e 25 - sublinhado por nós).

A estratégia stalinista de colaboração de classes (fielmente aplicada por todos os partidos comunistas da América Latina) é a que inspira esta concepção do PCB sobre o papel do sindicato ("ajudar ao governo e aos patrões a encontrar soluções práticas") e o caráter de seu trabalho sindical a partir de 1945: sindicalismo de cúpula, penetração na máquina sindical criada pelo getulismo através de um acordo com Getulio Vargas e com a burocracia sindical do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

A falta de organização do proletariado pela base, se deve a que o Partido Comunista vê na classe trabalhadora uma massa de manobra eleitoral e não uma força revolucionária. E isto porque o PCB considerava que a contradição entre o proletariado brasileiro e a burguesia nacional era "secundária", não havia razão para organizar o proletariado em uma perspectiva de luta de classes radical contra o Estado burguês; a linha ultradireitista de 1945, que corresponde ao período de "coexistência pacífica" entre URSS e as potências imperialistas, vai terminar com o começo da "guerra fria" em 1947-

48. O PCB é posto fora da lei e vai dar uma violenta volta à "esquerda" cuja máxima expressão será o célebre Manifesto de Agosto (1950). Tal reviravolta está diretamente inspirada pela URSS em função de sua situação de confrontação ao imperialismo (Guerra da Coréia). Assim, uma vez mais, o "esquerdismo" do Manifesto de Agosto não deve ser entendido como "aventurismo pequeno burguês" de ex-tenentes nostálgicos da Coluna Prestes. Trata-se da política aplicada por um Partido stalinista, organicamente integrado ao sistema burocrático internacional, seguindo todos os seus vai e vens. Deve-se destacar que esta virada tática à "esquerda" se realiza no interior da velha estratégia da revolução por etapas e do bloco de quatro classes: segundo o Manifesto de Agosto é preciso constituir um frente democrático de liberação nacional que reunirá a "todos, democratas e patriotas, acima de qualquer diferença de crenças religiosas, de pontos de vista filosóficos, homens e mulheres, jovens e velhos, operários e camponeses, intelectuais pobres, pequenos funcionários, comerciantes e industriais, soldados e marinheiros, oficiais de todas as forças armadas" (Prestes, Manifesto de Agosto de 1950, pag.20).

Concretamente, todas as oscila

ções, tôdas as viradas táticas do PCB nos últimos 35 anos se fizeram no invariável quadro da ideologia stalinista da "etapa nacional e democrática".

A partir de 1954-55 haverá um novo e definitivo giro à direita do PCB que corresponde à nova orientação kruchevista da URSS, (que apenas retoma a "coexistência pacífica" de Stalin de 1945). e que colocará o PC cada vez mais a reboque da burguesia. Um documento desta linha oportunista corrupta, visceralmente nacional-reformista, é a Declaração sobre a política do PCB de março de 1958: "nas presentes condições do país o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. A revolução no Brasil por conseguinte ainda não é socialista, mas sim anti-imperialista e anti-feudal, nacional e democrática... nestas condições a contradição entre país em desenvolvimento e imperialismo norte-americano e seus agentes internos tornou-se a contradição fundamental da sociedade brasileira" (p. 14 e 15) (sublinhado por nós). Se se substituísse "Brasil" por "URSS" e "imperialismo" por "tzarismo" Plekanov e seus mencheviques não teriam dúvida em referendar esta

O documento de 1958 propõe a formação de uma frente nacionalista e democrática monumental "ampla", que

comportaria não somente o habitual "bloco das quatro classes" (proletariado, camponeses, pequena-burguesia e burguesia nacional) mas também "os setores de latifundiários que têm contradições com o imperialismo" e "os grupos da burguesia conectados aos monopólios imperialistas, rivais dos monopólios norte-americanos".

O golpe de 1964 foi o fim do sonho "pacífico, evolucionista" e nacional-democrático do PCB e demonstrou a não validês de sua estratégia oportunista, criando assim as condições subjetivas, para que um grande número de militantes e dirigentes compreendessem o fracasso sofrido pelos trabalhadores e abandonassem o Partido. É sumamente importante que êstes militantes e que tôda a vanguarda revolucionária brasileira compreenda que a verdadeira raiz das traições, das transações e do reformismo do PCB foi e é o stalinismo.

É importante destacar que o stalinismo não é simplesmente (como parecem crer alguns companheiros), um "empobrecimento da teoria" ou vulgarização dogmática do marxismo, mas sim um sistema político e ideológico, um sistema burocrático mundial subordinado aos interesses da burocracia moscovita que não desapareceu com Stalin, e que continua com outras máscaras sob a direção de seus discípulos Kruchov

e Breshnev. Esta subordinação esclarece o oportunismo reformista do PCB, mas também os limites desta mesma subordinação, são os que impedem sua transformação, ao contrário de tantos outros movimentos ou partidos pequeno-burguêses, em instrumento direto do imperialismo norte-americano.

Também, é claro que existe uma "autonomia relativa" do PCB, uma tentativa de "adaptar" a linha geral às condições específicas do Brasil: é evidente que a origem social de alguns dirigentes do PCB e o passado de certos indivíduos como Prestes, tiveram e ainda têm um determinado papel, influenciando o estilo do Partido. Dito isso, o fator essencial que fundamenta a natureza política do PCB e sua trajetória histórica é o stalinis-

mo. É por isso que a ruptura consciente e explícita, com o stalinismo é tão importante para a construção do autêntico partido revolucionário no Brasil e em toda a América Latina;

A rebeldia de dirigentes como Marighela, Joaquim Câmara Ferreira, Mário Alves, Apolônio de Carvalho e tantos outros contra o oportunismo do PCB demonstra que o que está errado neste, não é este ou aquele indivíduo "traidor" com determinada origem social pequeno burguêsa. O erro e a traição são consequências de um sistema político burocrático e corruptor. Os indivíduos militantes de base ou dirigentes poderão e deverão ser recuperados pela revolução. O sistema deve ser erradicado sem piedade.



a esquerda da revo- lucionária e o reformismo

1). A situação atual do movimento revolucionário brasileiro.

Hoje em dia o Brasil é sempre citado, tanto pela esquerda como pela burguesia internacional, como exemplo da possibilidade de estabilização de uma ditadura militar e de sua eficácia em relação aos objetivos do desenvolvimento capitalista. O "milagre econômico" desperta enorme interesse sobretudo da grande burguesia internacional que procura tirar suas lições dele. A esquerda sabe que esse "milagre" só foi possível através do esmagamento de toda a atividade sindical e do aniquilamento das

organizações revolucionárias. Hoje em dia o movimento operário e o movimento estudantil se encontram totalmente setorizados e com ínfimas possibilidades de levar adiante suas lutas mesmo ao nível de suas reivindicações mais imediatas. São pouquíssimas as mobilizações e essas poucas ganham destaque na imprensa burguesa justamente pelo significado que têm enquanto "únicas" manifestações que conseguiram ganhar expressão.

A situação das organizações revolucionárias não apresenta um quadro melhor. A maior parte das antigas organizações revolucionárias

se encontram hoje reduzidas a pequenos núcleos de militantes que em nada se diferenciam de outros pequenos grupos originários de células dessas organizações; ou simplesmente do reagrupamento de militantes de esquerda por setor de trabalho, estudo ou moradia. O que caracteriza pois o quadro do movimento de esquerda hoje é a atomização orgânica e política. Essa atomização é apenas parcialmente produto da ação repressiva. No que concerne à atomização política, o elemento mais determinante foi a incapacidade das antigas organizações de apresentar alternativas coerentes à situação que se estava vivendo e complementar essas alternativas com uma real possibilidade de enquadramento orgânico. Assim, o que mais caracteriza hoje a situação do movimento de esquerda é o fenômeno dos grupos independentes.

No exterior, onde se congregaram a maior parte dos militantes das antigas organizações revolucionárias, prolongou-se por mais tempo o debate sobre o balanço dos anos de ascenso (67-70) marcados pela hegemonia do militarismo, mas ainda assim as conclusões tiradas só impulsionaram a atomização. Vemos hoje, também no exterior, o fenômeno dos grupos independentes, muitas vezes formados a partir de um único texto de definições sô-

bre questões secundárias e de detalhe.

As duas principais correntes que antes apontávamos na esquerda revolucionária - a militarista-vanguardista e a massista-espontaneísta - hoje praticamente não existem tanto política como organicamente. Por um lado não há nenhum setor, dentre os que antes se caracterizavam por posições e por uma prática militarista, que não esteja hoje fazendo uma auto crítica do militarismo. Justamente o que constitui um problema é o perigo (muitas vezes já concretizado) dos antigos militaristas, ao fazerem a "auto-crítica da luta armada", reivindicarem posições de reformismo, só porque o PCB também defende "a classe operária" e o "trabalho de massas"; é a de co



locar em xeque o avanço constituído pela formação da esquerda revolucionária em 67 (cisões com o PCB) em nome das limitações do militarismo.

De outro lado, a corrente que denominávamos massista-expontânesta não conseguiu se firmar como alternativa nem prática nem teórica, depois de uma primeira fase de fortalecimento em 71-72. Na verdade a única coisa que chegou a aglutinar êsses camaradas - e isso se deu principalmente no exterior - foi a crítica ideológica e programática ao militarismo. O conjunto dessas críticas e auto-críticas não produziu uma perspectiva para o trabalho atual inserida em teses programáticas que pudessem conformar uma nova corrente. A maneira apolítica e internista com que se levou êsse trabalho de balanço, deixou as portas abertas para que muitos desses setores viessem a ser recuperados pelo reformismo, que êsse sim, possui uma perspectiva estratégica global de transição pacífica ao socialismo e de colaboração de classes.

Nessa situação o eixo de nossa política de frentes fica alterado. A tática de "criar um polo alternativo ao massismo e ao militarismo" pressupunha a existência das correntes massista e militarista, e, o que é mais impor-

tante, a existência de setores mais ou menos amplos, que buscavam uma alternativa a êsses dois desvios. Pressupunha a existência de uma esquerda revolucionária orgânicamente delimitada. Pressupunha ainda uma situação em que o reformismo estava paralizado e reduzido à impotência, incapaz até de fazer ouvir sua opinião.

Ora, essa situação mudou claramente, evoluiu radicalmente.

A elaboração de uma alternativa ao massismo e ao militarismo permanece ainda para nós como o principal ponto de referência para uma política de frentes. Isso porque o problema de integrar adequadamente a luta armada ao trabalho de massas não é um mero divisor de águas internista e subjetivista, depende do que pensam os setores de esquerda; é, na verdade, um problema real colocado pela dinâmica explosiva das lutas de classe em nosso continente. Nossas críticas ao massismo e ao militarismo se referem a todos os aspectos de uma alternativa política - concepção de construção do Partido, estratégia de luta armada pela tomada do poder, programa a propor às massas, etc. -; na verdade essas críticas colocam para nós os problemas que temos que resolver para elaborar uma real alternativa.

No entanto, a involução polí-

tica de esquerda revolucionária abre para nós uma tarefa indispensável que é a de travar a luta ideológica contra o reformismo; e portanto coloca a necessidade de unir forças com todos os camaradas que identificam o ressurgimento do reformismo como um problema a ser enfrentado e combatido, embora muitas vezes tenham caracterizações bem diversas das nossas sobre a maneira de travar essa luta.

2). Condições que possibilitaram o ressurgimento do reformismo

Há um conjunto de fenômenos interligados - tanto nacionais como internacionais - que explicam as novas forças que têm conseguido o reformismo brasileiro (tanto o PCB como outras correntes bastante próximas a êle).

Talvez o mais significativo se encontre na atual crise de liderança no movimento comunista internacional ao nível da América Latina, mais precisamente, na crise do castrismo. As sucessivas derrotas dos movimentos guerrilheiros rurais e urbanos, deixaram bem claro as limitações da direção castrista. De um lado a linha focuista e militarista que, implícita ou explicitamente era definida pelo castrismo e difundida entre as organizações que a êle se ligaram, demonstrou-se

incapaz de dar as mais mínimas respostas às necessidades da luta de classes.

Porém de outro lado, ante a reação dos aparatos repressivos dos Estados latino-americanos, a direção castrista foi incapaz de reformular sua política guardando o que havia de essencialmente correto no chamado da OIAS, isto é, o seu comprometimento internacionalista com os revolucionários latino-americanos, e o chamado à ruptura com a linha pacifista e de colaboração de classes dos PCs. pró-soviéticos. Ao contrário, de concessão em concessão - com a invasão da Tchecoslováquia em 68, com o maio francês em 68, com o reformismo militar no Perú em 69, com a UP chilena em 71, e depois com Torrijos no Panamá e Peron na Argentina - a direção castrista abriu caminho para a aliança privilegiada com o PC da URSS, anunciada publicamente em janeiro deste ano, cujas implicações ainda são difíceis de prever em sua totalidade.

É nessas condições que se abre um vazio de liderança, uma ausência de alternativa revolucionária mais global às investidas cada vez mais ferozes das burguesias nacionais latino-americanas e do imperialismo. De um lado, nós, os marxistas revolucionários - militantes da IV Interna

cional- não conseguimos dar, no momento adequado, em cada país, as respostas necessárias que configurassem uma alternativa na prática. De outro lado, diante do retraimento da direção castrista face ao reformismo, algumas organizações ligadas ao castrismo - particularmente o MIR chileno e o PRT-ERP argentino- buscam de uma maneira empírica tirar as lições das derrotas do período passado sem capitular ante o reformismo, conformando uma direção alternativa no continente (é o caso da "Junta Revolucionária": MIR, PRT-ERP, ELN da Bolívia e MNL-Tupas). Mas devido às suas imensas limitações (principalmente a incompreensão do fenômeno do stalinismo e uma ambiguidade face ao reformismo) não chegam a constituir uma alternativa realmente global e coerente ao reformismo stalinista dos PCs pró-soviéticos, embora desempenhem parcialmente um papel de vanguarda empírica.

Essa situação de relativo vácuo de liderança revolucionária continental, e mais o peso que constituem as sucessivas tomadas de posição da direção castrista cada vez mais à direita, criaram condições favoráveis para que o reformismo dos PCs pro-soviéticos recolocassem na mesa de discussão sua estratégia de transição pacífica ao socia-



lismo e de colaboração com as burguesias nacionais.

O reformismo brasileiro aproveitou bem esta oportunidade, combinando vários tipos de argumentos "convincentes" capazes de reabilitar esta estratégia moribunda. De um lado as provas "empíricas" de que "era possível" aberturas democráticas no continente: o Perú de Alvarado, o Chile da UP, a Bolívia de Torrez e a Argentina de Peron, foram sucessivamente brandidos como exemplos dessa possibilidade. De outro lado o reformismo brasileiro buscou centrar o debate sobre a realidade nacional no problema das contradições inter-burguesas que efetivamente têm vindo à tona ultimamente, em particular no caso das eleições presidenciais.

Quais são as bases objetivas e reais com que conta o reformismo? Em que medida se pôde realmente pensar numa "abertura democrática" no Brasil?

A maioria dos depoimentos dos camaradas revolucionários que atuam no Brasil é mais ou menos unânime quanto ao fato de que a única abertura "democrática" defendida pelos setores burgueses de oposição, e a única que o regime pode conceder sem perigo de se ver confrontado com potentes mobilizações de massa que ponham em jôgo a sua continuidade, é a "democracia" para uma oposição mais ou menos institucionalizada dos setores burgueses descontentes.

Durante a campanha presidencial nos últimos meses de 73 houve de fato debates abertos na imprensa burguesa sobre o futuro do regime, a viabilidade ou não de determinadas aberturas. E evidentemente o que a oposição burguesa pedia, depois de tanto tempo de silêncio que lhe foi impôsto, não era nada mais do que a reintegração, em certos níveis, da "classe política", isto é, os politiquinhos profissionais hoje marginalizados da vida nacional. Essa real divergência possibilitou uma brecha por onde se fizeram ouvir, vez por outra, os setores populares falando de seus reais anseios de democracia. Mas hoje, passada a "eleição" e já escolhido o gabinete presidencial, pode-se ter claro quão pequena foi a margem de abertura democrática que estava em jôgo. Fica confirmado que o regime, para sobreviver, não po-

de abrir mão do controle férreo sobre os canais de expressão e de organização das massas.

É por isso que o reformismo brasileiro do Partido Comunista Brasileiro e de outras correntes, se nove muito mais no terreno ideológico das ilusões, do que no terreno das opções concretas. Ou seja, é utópico esperar uma abertura democrática mais ou menos concedida pelas classes dominantes, para a qual bastariam mobilizações pacíficas e orais, em uníssono com os setores burgueses que não estão satisfeitos com o atual status-quo. No entanto isso não quer dizer que as lutas democráticas não estejam na ordem do dia. Quer dizer apenas que elas têm que se apoiar na força das massas populares e nas suas reivindicações (ao invés de engrossar as reivindicações dos setores burgueses descontentes, que em todo caso, são diferentes); e que elas não são lutas pacíficas pois pela própria natureza do regime, elas engendram uma reação violenta por parte do aparelho repressivo do Estado.

Mas mesmo se as bases objetivas da alternativa que propõe o reformismo brasileiro é frágil, há um espaço onde ele pode crescer e ganhar militantes, sobretudo no exterior, devido à crise de lideranças e de alternativas na esquerda brasileira. É por isso que o combate político e ideológico ao reformis-

no -que de moribundo renasceu nos últimos dois anos- nos parece o eixo mais importante no atual momento, no trabalho entre a esquerda brasileira no exterior. Ao mesmo tempo esse combate, que não pode ser meramente no abstrato e ideológico, meramente apoiado nas citações dos clássicos do marxismo, será um instrumento propício para a discussão das alternativas concretas a impulsar na revolução brasileira.

A modificação de nossa tática de frentes e a colocação do combate ao reformismo como o eixo mais importante, ao menos no exterior, expressa como já dissemos, a involução da esquerda revolucionária brasileira. Antes era possível ter nosso eixo num debate dentro das opções da esquerda revolucionária, isto é, da esquerda que havia rompido em 67 com as teses reformistas e com o PCB. Hoje a linha divisória entre a esquerda revolucionária e a esquerda reformista é cada vez mais uma linha descontínua, cada vez mais as teses reformistas se introduzem de maneira ambígua em muitas das formulações do que foi antes a esquerda revolucionária.

Essa situação de involução se reflete também em outros aspectos. Um deles, o mais importante a destacar, é a atomização política e orgânica de que falamos antes. Esse fenômeno é também expressão, não há

dúvida, da involução da esquerda brasileira. É de fato um fenômeno a ser combatido. O problema é saber como combatê-lo. Não se trata de criticar os grupos independentes ou os camaradas independentes pelo seu "independentismo". Se de fato pode haver em muitos casos, tendências caudilhistas a formar novos grupos sem uma base política sólida que os justifiquem, essas tendências constituem apenas um aspecto marginal de um fenômeno político mais amplo que é a crise de direção revolucionária, a crise de liderança do movimento revolucionário brasileiro. É na falta de alternativas que as organizações brasileiras não conseguiram criar que se tem que buscar a raiz desse fenômeno, de resto comum tanto na esquerda brasileira no exterior como dentro do Brasil. A maneira mais correta de lutar contra esse fenômeno é de criar as condições para uma prática política dos grupos e camaradas independentes, de tal maneira que pouco a pouco eles voltem a adquirir confiança nas organizações revolucionárias -enquanto expressão orgânica superior para aplicar uma política sobre a base de uma concordância com posições políticas desenvolvidas. Para conseguir isso nos parece que o eixo que propomos para o trabalho no exterior é também um instrumento adequado, ao menos no período inicial.

3). Elementos-chaves de uma luta política contra o reformismo.

Em princípio todos estão contra o reformismo, até os militantes dos PCs pró-soviéticos, sempre que se trate do "reformismo dos outros", dos que estão à direita deles. Dentro da esquerda revolucionária brasileira também se passa isso. Todos estão contra o reformismo "dos outros"; o problema é que houve uma fetichização da palavra reformismo, que é cada vez mais empregada à guisa de insulto, esvaziada do seu verdadeiro conteúdo político.

Por isso começemos por definir o que entendemos por reformismo, ao menos em suas linhas mais gerais. Reformismo é essencialmente uma estratégia de transição pacífica ao socialismo (isto é, contra a luta armada pela tomada do poder), através da utilização de frentes de colaboração de classes com a burguesia dita nacional, visando o estabelecimento de um regime democrático-burguês (ou democrático popular) em cujo governo o proletariado não terá a hegemonia, como etapa prévia à ditadura do proletariado. Essa é a essência de uma linha reformista, embora ela nunca tenha sido defendida assim, explicitamente por nenhum reformista.

Por isso mesmo é preciso continuar dizendo qual é o reformismo que queremos combater na esquerda brasileira. É em primeiro lugar o

reformismo do Partido Comunista Brasileiro, ligado aos PCs pro-soviéticos e à sua estratégia de subordinação dos movimentos revolucionários nacionais aos interesses de Estado da burocracia soviética (não é por acaso que Brejnev fez em Cuba, em janeiro último, sua profissão de fé anti-internacionista, clamando contra a "exportação da revolução" a outros países). É em segundo lugar as posições de setores muito próximos, senão identificados com o reformismo do PCB tais quais a Tendência Leninista da ALN e o Grupo Debate. E é, em terceiro lugar, contra diversas formulações reformistas presentes aqui e ali em textos ou intervenções de muitos setores da esquerda revolucionária brasileira.

Por fim é preciso prosseguir dizendo como combatemos o reformismo, quais são as linhas básicas afirmativas de um tal tipo de propaganda, linhas estas que, naturalmente, têm o objetivo de delimitar a esquerda revolucionária o mais claramente possível do reformismo, rompendo com toda a sorte de ambiguidades hoje existentes. Para nós há hoje duas questões principais através das quais as teses reformistas podem penetrar na esquerda revolucionária, e sobre as quais devemos ter uma posição firme.

1) As lutas democráticas. Para nós as lutas democráticas estão na

ordem do dia, e são, junto às lutas reivindicatórias de cada setor pela melhoria do seu nível de vida, um eixo fundamental. No entanto, tanto as lutas reivindicatórias como as democráticas, têm que ser entendidas e encaminhadas dentro de uma dinâmica anti-capitalista e de luta pelo socialismo. Isso quer dizer, primeiro, que a democracia pela qual temos que levar as massas a lutar, não é a mesma do MDB; é a democracia para os setores populares e, em particular, para a imprensa e a organização livre da classe operária. Quer dizer, em um segundo lugar, que temos clareza que esta democracia nunca será concedida voluntariamente pela classe dominante; ela só será obtida numa situação de profunda crise social, em que pareça ao governo ser essa a única maneira de deter o avanço agressivo das massas. Quer dizer, em terceiro lugar, que dada a atual relação de forças entre as classes sociais, essas lutas não serão pacíficas mobilizações massivas mas ao contrário, constituirão duros enfrentamentos entre os dois principais pólos da sociedade.

2) A auto-crítica do militarismo. Para nós a tarefa de auto-crítica

do militarismo resta, em grande medida, por fazer, uma vez que o que se fez até agora em nome dessa auto-crítica foi uma sucessão de discursos internistas e de afirmações de princípios que de maneira nenhuma impediriam, numa conjuntura diferente, que o militarismo viesse a renascer. No entanto, na atual conjuntura o militarismo não tem condições de crescimento. Muito mais perigoso hoje é que, em nome da luta contra o militarismo, se introduzem concepções reformistas. Assim para nós é importante reafirmar aqui que o surgimento da esquerda revolucionária em 67, sob o impacto da influência da OLAS e do castriismo, constitui um fatôr extremamente positivo em relação ao panorama anterior de hegemonia do reformismo do PCB. As teses militaristas das quais, bem ou mal, foi portavoz a direção castrista, foram um elemento de enorme limitação dessa ruptura, limitação essa cujo preço estamos pagando hoje. Mas em nenhum sentido se pode dizer que essa limitação anula o fator positivo que constitui a ruptura da hegemonia dos PCs pro-soviéticos no movimento comunista internacional, em escala continental e no Brasil.

lições de 68

As lutas operárias de 68 constituem para nós um marco muito importante para uma correta caracterização das lutas da classe operária no Brasil. É em grande parte à partir de um balanço delas, de uma análise de como e por que surgiram, como evoluíram e como foram derrotadas, que buscamos orientar nossa política em relação a classe operária. E desse balanço sobressai uma questão central: a sua dinâmica explosiva. E não como um fenômeno acidental, específico as lutas de 68, mas como uma característica generalizável a qualquer luta nas condições atuais.

Mas de que decorre esse caráter explosivo das lutas?

Em primeiro lugar da situação de miséria da classe operária, resultante da política da burguesia que baseia a acumulação de capital fundamentalmente numa superexploração da classe operária. A burguesia não tem condições de negociar o valor da força de trabalho levando em conta

as pressões da classe operária; ela é obrigada a impôr de cima para baixo um salário extremamente reduzido, sob pena de não conseguir manter a estabilidade da economia. Para tanto, é necessário manter a classe operária totalmente desarticulada, incapaz de exercer qualquer pressão em defesa de seus interesses que pudesse vir a perturbar o "milagre econômico". Isso a burguesia leva à cabo através da repressão violenta sobre as massas.

Um resultado disso é que a classe operária ficou totalmente destituida de mecanismos legais (organizações representativas, direito de greve, etc) através dos quais pudesse expressar suas lutas contra a exploração do capitalista e contra a repressão ditatorial. Ora, a combinação de uma situação de superexploração, com uma falta total de meios legais para lutar por sua sobrevivência, dão origem à uma tendência na classe operária a se organizar ilegal e clandestinamente, fora dos sindicatos estatais, e a trans

formar suas lutas em revoltas explosivas. Como a burguesia não pode adotar uma política sistemática de concessões, e como ela teme as lutas da classe operária por seu caráter potencialmente revolucionário, ela tenderá a enfrentar essas revoltas por meio da repressão violenta. Com isso, as lutas que já surgiram de maneira explosiva após um longo período de descontentamento sufocado, ao chocarem-se logo de início com uma repressão violenta, tenderão ainda a adquirir uma rápida radicalização.

Entretanto, o período que se abre após as grandes mobilizações de 68 pode ser considerado como um período em que se inicia e aprofunda uma conjuntura de baixa. Ele se caracteriza pela interferência de vários fatores, guardando entre si uma relação de causa e efeito, mas que em síntese configuram um descenso e liquidação em parte do movimento revolucionário e por outro lado, uma consolidação relativa da contra-revolução.

Em primeiro lugar as agitações operárias que após o golpe ganham expressão em 68 com a explosão de abril em Contagem, os acontecimentos do primeiro de maio em São Paulo e a greve de Osasco em julho, perdem seu vigor e o movimento retrocederá durante quatro anos. A mesma queda se dará no movimento estudantil, embora de maneira menos vertiginosa. Nessas condições, a vanguarda revolucionária que já havia nascido separada da classe e não tinha encon-

trado as formas concretas de superar essa contradição, se ve cada vez mais isolada das bases do movimento de massas, e passa, a partir do segundo semestre de 69, a sofrer golpes após golpes, até se reduzir a situação de pequenos grupos atomizados e inexpressivos.

No campo da contra-revolução o processo é distinto. O ano de 68 mostra pela primeira vez a recuperação da crise econômica anterior, abrindo perspectivas otimistas e promissoras para os exploradores. A aliança entre as classes dominantes se reforça e o Exército se afirmará progressivamente como força capaz de restaurar a ordem e assegurar o progresso. Esse processo se reafirmará depois do segundo semestre de 69 com a exitosa escalada de destruição das organizações revolucionárias.

A partir de 70, a ditadura já pode fazer uso dos êxitos de sua política (alta taxa de crescimento econômico, golpes na esquerda) associando-os à vitória do Brasil na Copa do Mundo, para desencadear uma campanha de propaganda ideológica, visando capitalizar a derrota infligida ao movimento revolucionário, unificar os vários setores das classes dominantes, reforçar sua base social de apoio entre setores da pequena burguesia.

Ao final de 70, e em 71, o governo militar procura confundir a

classe operária (e outras camadas) com duas medidas demagógicas : o Plano de Integração Social (PIS), e o Plano de Valorização Sindical. No primeiro caso, os grandes beneficiados são as empresas. No segundo, se trata de uma tentativa de incentivar a sindicalização dos operários com base no assistencialismo.

Porém, estas medidas demagógicas da burguesia são incapazes de neutralizar a situação potencialmente explosiva existente na classe. Pelo contrário, elas demonstram a exiguidade do que a burguesia é capaz de oferecer as massas, mesmo nos períodos de crescimento econômico. Por outro lado, o fato de que a política de arrocho salarial tenha não só se mantido, como ocasionado uma baixa no salário real da classe, significa que há um aprofundamento da situação explosiva da classe. Esta situação é agravada pela permanência, já por longo prazo, da inexistência de instrumentos orgânicos legais capazes de canalizar as lutas contra a super-exploração: os sindicatos cada vez mais falidos, as greves continuam proibidas, as iniciativas independentes da classe (comitês, piquetes, etc) continuam impedidos sob o peso da política repressiva dos órgãos policiais da ditadura ou pelos guardas especiais existentes em todas as grandes fábricas. Nenhuma tentativa da burguesia de esgotar esse potencial controlando a classe através dos sindicatos pelegos ou com medidas assistenciais, poderá ter êxito.

Tampouco é possível admitir que essa energia potencialmente explosiva que continua se acumulando na classe operária possa ser consumida num projeto de busca de ascensão social através da especialização profissional. Esta tese não tem sustentação de nenhum ponto de vista. A política repressiva da burguesia para a classe (tanto a nível econômico como político) não faz discriminação entre os setores especializados e não especializados. Ambos, cada um em sua categoria, são super explorados e igualmente submetidos à mais dura repressão política.

Por outro lado, toda comprovação histórica (quer do movimento revolucionário mundial, quer do brasileiro) desmente a "tese" segundo a qual os operários especializados percam a iniciativa ou a disposição para a luta. E as recentes greves de horas extras em São Paulo, em dezembro de 73, estão aí para provar isso. Os trabalhadores, que em 71 não fizeram nenhuma greve ou protesto, que em 72 ensaiaram algumas reações, em 73 mostraram que não estavam dispostos a assistir passivamente o rebaixamento cada vez maior de seus salários.

Levando em conta que a inflação prevista pelo governo era de 12%, o patronato decidiu conceder um aumento de 18% nos salários de 73. Mas a verdadeira inflação não foi nem sequer a que confessou o Ministro Delfim - 15,3% - e sim 26,4% como o provam os recentes estudos

do DIESE de São Paulo. E surpreendo os "teóricos" da "passividade natural" da classe operária, ou da "formação de uma aristocracia operária" nos setores dinâmicos da indústria, foi no setor metalúrgico e de automotriz que se deram as reações mais expressivas e que mais preocupações deram aos militares.

Por exemplo, os operários das Indústrias Villares (4.000 trabalhadores) fizeram durante um mês pequenas greves parciais de 20 a 30 minutos diários, e isso, um mês após haver recebido o aumento de 18%. Suas reivindicações: mais 10% sem compensação no próximo dissídio (novembro de 74); alteração nas divisões salariais; eliminação do pagamento de transportes; manutenção da alimentação servida nos restaurantes da emprêsa. Prestando atenção nos salariarios dessa emprêsa, vamos ver que a combatividade não diminui em proporção ao salário: o salário máximo dos operários especializados é de 400 dólares mensais, o médio é de 160 e o mínimo é de 90 (enquanto no resto do país o salário médio é de um pouco mais de 60 dólares). E na Villares a solidariedade dos operários especializados com os não qualificados foi exemplar: negaram-se a aceitar uma proposta da emprêsa para tratar separadamente as reivindicações de cada grupo.

Esse exemplo pode facilmente ser complementado com outros (Mercedes-Benz, Volkswagen, etc) que fazem

desvanecer as teorias de um pseudo "aburguesamento" da classe operária, em especial dos setores mais qualificados. Ao contrário, êsses setores sempre estiveram a cabeça das grandes manifestações de sua classe. É que se de um lado, êles recebem salários um pouco mais altos que seus companheiros de trabalho menos capacitados, de outro êsses salários são ainda completamente insuficientes. Além disso, seu maior nível cultural, somado geralmente a uma experiência de luta maior, levam-nos a compreender com muito mais facilidade as condições de exploração a que estão submetidos, e a ter muito maior confiança na força de suas lutas.

Tudo isso nos leva a constatar que permanecem as condições que tendem a produzir uma dinâmica explosiva nas lutas, isto é, um alto grau de exploração salarial e a inexistência de canais legais de lutas. Mas se é assim, como se explica a baixa do movimento operário de 68 para cá? Porque nêstes cinco anos não houveram outras manifestações dêssa dinâmica explosiva?

De início é preciso descartar a explicação de que isso não ocorreu porque a classe operária hoje no Brasil "permanece sendo reformista" como resultado do predomínio do PC antes de 64, predomínio que não teria sido rompido no essencial. Esse predomínio existiu, mas ainda assim não passou de uma influência muito débil, se consideramos o conjunto

da classe. Diferentemente da classe operária de outros países da América Latina, o operariado brasileiro não se encontra sob o peso da dominação de correntes reformistas de caráter populista-burguês (caso da Argentina) ou de partidos políticos operários reformistas (caso do Chile). Há, do ponto de vista político, um "vazio" que se traduz na falta de lideranças e na inexistência de partidos ou movimentos, quer sejam de caráter burocrático, reformista ou muito menos revolucionário. Em comparação com as correntes populistas de outros países da América Latina (Argentina, por exemplo), o populismo no Brasil teve uma decadência muito vertiginosa. Desde o segundo governo de Vargas para cá, o populismo sofreu duros golpes, sem falar no fato de que nunca conseguiu ganhar proporções ou o prestígio que teve o peronismo na Argentina. A burguesia no Brasil foi menos capaz de jogar com o populismo em seus atritos com o imperialismo. Desde 10 anos para cá essa política populista saiu cada vez mais de cena devido as mudanças nas relações da burguesia com o imperialismo e o medo do desbordamento dos movimentos de massas que acabou no estabelecimento da ditadura militar. Das velhas lideranças populistas quase nada restou. Os instrumentos utilizados pelo populismo foram desmontados, mesmo antes de haver conseguido

do se instalar de maneira significativa (CGT). Entre os setores de vanguarda da classe operária, pouco se encontra marcas de janguismo ou de getulismo, e quando existem são mais de cunho saudosista do que como força viva. Por outro lado o PC mun- ca - nas últimas décadas - conseguiu penetrar fortemente na massa operária ao nível de base. Jamais teve uma influência como o PC chileno por exemplo. Sua política reformista era conduzida ao nível das cúpulas, por influência nas lideranças sindicais populistas, sem que o próprio partido tivesse muitas raízes na classe.

Outra hipótese a descartar é aquela que tentar explicar o período prolongado de ausência de lutas através de um suposto surgimento de uma "aristocracia operária" (setores especializados melhor remunerados) que entravaria as lutas da classe. Já mostramos acima que não existe essa pretensa apatia dos setores especializados. Mas além disso é totalmente incorreto transpor o conceito de aristocracia operária, próprio das economias capitalistas mais avançadas, a países atrasados como o Brasil, onde o crescimento econômico obtido se processa em condições completamente distintas, em condições de um alto grau de exploração, como já vimos.

Em nosso entender, o fato de que mesmo em uma situação objetivamente

explosiva, não tenha havido manifestações dessa explosividade muito frequentes no último período, se deve simplesmente a que os fatores objetivos não determinam automaticamente a ocorrência do fenômeno. A explosividade é uma característica que identificamos nas lutas da classe operária no Brasil, mas a manifestação dessa característica depende de uma série de outros fatores objetivos (período de auge ou descenso do movimento revolucionário internacional e nacional, situação econômica do país, correlação de forças entre as classes, situação das classes dominantes, dimensões e grau de aperfeiçoamento do aparelho repressivo, etc); como também de fatores de ordem subjetiva tanto ao nível da vanguarda como ao nível de consciência e organização das massas. Ou seja, a constatação de que existe uma dinâmica explosiva nas lutas da classe operária não deve levar os revolucionários a esquecer que o movimento de massas tem suas leis próprias, que determinam períodos de crescimento e de baixa produzidos por uma complexa interação de fatores. Não proceder assim, significa cair no espontaneísmo de, a partir da constatação da situação de miséria e opressão das massas, conceber o movimento de massas como algo sempre automática e inevitavelmente crescente em todos os momentos.

Portanto é incorreta e parcial a afirmação de que as lutas não tem u

ma dinâmica explosiva, porque não havido novos "Osascos" e "Gnta - gens". Isto significa deixar de lado as diferenças conjunturais (objetivas e subjetivas) existentes entre a situação de 68 e a de hoje. Para ressaltar essas diferenças bastaria considerar os seguintes dados: a coesão entre as classes dominantes e entre estas e o Exército ainda não havia ganho o grau e a magnitude dos anos 70; a economia vinha numa crise profunda desde 63, e o período de recuperação com monopolização rápida, havia levado à falência amplos setores de média e pequena burguesia; apesar do regime ditatorial, ainda havia no país condições suficientes para que os diversos setores populares se articulassem e se manifestassem, como bem demonstrava o movimento estudantil e os intelectuais; 68 é o ano de auge do movimento de massas em geral, que vinha se acumulando desde 64; é também o ano em que entra em ação uma nova vanguarda que havia rompido com o reformismo do PC, levando a prática as primeiras ações armadas que repercutem enormemente na vanguarda da classe; é ainda um ano em que o movimento revolucionário a escala mundial passa por uma época de auge, com a ofensiva do Tet no Vietnã, o maio francês, e a crise da burocracia na Tchecoslováquia.

Todos esses elementos marcavam uma conjuntura favorável, que se refletia positivamente sobre as organizações revolucionárias, sobre as

lideranças operárias e sobre o estado de ânimo das massas. Nessas condições favoráveis, o descontentamento longamente contido das massas encontrou condições de desbordar. E o fez de maneira explosiva e radical. Todas as descrições dos líderes de Osasco sobre a greve de julho-68 demonstram não só a existência de uma situação explosiva (ver pressões espontâneas das massas para que se decretasse a greve) mas também como isto se casava com outros elementos favoráveis da conjuntura: as repercussões das ações armadas exitosas sobre os setores avançados das massas, os reflexos favoráveis de um movimento estudantil que "estava na rua" e não havia quase sofrido repressão, as agitações que ainda eram possíveis de serem feitas em frente as fábricas, etc.

Mas o fato de que essa conjuntura favorável, ao lado de uma situação potencialmente explosiva, não tenha ganho um sentido revolucionário crescente, mas ao contrário tenha-se revertido para uma conjuntura de baixa, só pode ser explicado em última instância pela contradição existente entre as condições objetivamente maduras para a revolução e o atraso das forças subjetivas necessárias para levá-la adiante. Ou seja, o baixo nível de consciência e organização das massas e de seus elementos mais avançados, a debilidade orgânica das organizações de vanguarda, seus distanciamentos de uma posição marxista correta, as deformações no rela-

cionamento destas com as massas operárias, etc.

A combinação desses três elementos: 1) a situação objetivamente explosiva; 2) a conjuntura (nacional e regional); 3) os fatores subjetivos; é isso que determina a sorte do movimento. Osasco e Contagem reuniram na época das explosões uma conjuntura favorável, com uma situação explosiva e um desenvolvimento relativo dos fatores subjetivos (lideranças revolucionárias, direção sindical de esquerda e, fundamentalmente, a existência de comitês clandestinos relativamente desenvolvidos). No entanto a debilidade dos fatores subjetivos - a incapacidade das direções revolucionárias e o baixo nível de organização e consciência das massas - combinada com uma conjuntura apenas favorável e a possibilidade e capacidade da ditadura de desencadear uma ofensiva contra-revolucionária, permitem a reconversão da conjuntura que começava a ascender, em uma conjuntura de baixa.

Saber o peso da influência de cada um desses fatores no desdobramento da situação é, evidentemente uma questão muito complexa. Mas a atuação da vanguarda tem, em todos os casos, um papel muito importante, e se pode dizer que a política militarista adotada pela grande maioria das organizações revolucionárias seguramente favoreceu o aprofundamento muito rápido da conjuntura contra-revolucionária. Não que essas organizações, no nível incipiente em que se encontravam naquele momen-

to, pudessem ter invertido a tendên-
cia de baixa, com base simplesmente
numa atuação política correta. Mas
pelo menos ela poderia ter evitado
que essa conjuntura descendente hou-
vesse ganho as proporções que conhe-
cemos, e num prazo tão curto. A a-
tividade independente da situação e
das variações do movimento da classe,
a substituição da luta de massas pe-
la luta de vanguarda, a prática cen-
trada quase que exclusivamente nas
ações armadas autônomas sem vincula-
ção com os problemas da classe ope-
rária, tudo isso levará a um rápido
isolamento das organizações milita-
ristas e de todo o resto da esquer-
da revolucionária que não chegou a
constituir-se numa alternativa, o
que permitirá sua destruição quase
total pela repressão. Essa derrota
virá agravar o descenso revoluciona-
rio à partir de 69-70, possibilitan-
do uma cristalização da conjuntura
de baixa e a estabilização da con-
tra-revolução.

Debilitada por sua falta de orga-
nização e baixo nível de consciên-
cia, colocada frente a uma conjun-
tura extremamente desfavorável, de-
sorientada com a política da esquer-
da revolucionária, ameaçada por uma
repressão experimentada e forte, e
marcada psicologicamente pela derro-
ta do primeiro renascimento signifi-
cativo de lutas após a derrota de 64,
a classe operária não podia ter ou-
tra reação, senão o retraimento. E
apesar das suas condições de vida mi-
seráveis, reduziu seus protestos a

pequenas manifestações (greves tar-
tarugas, por exemplo) que em geral
não transbordam os limites de uma
secção da fábrica. Em outros casos,
alguns setores - em geral os mais a-
trasados e inexperientes - levados
pelo desespero, explodirão aqui e a-
lí em pequenas revoltas violentas e
cegas, desorganizadas e desorienta-
das, sem qualquer possibilidade de ê-
xito maior. (caso do Metro e lixei-
ros de São Paulo).

Hoje não se pode de maneira nenh-
uma falar já de uma superação do perío-
do de baixa, ou do início de uma con-
juntura ascendente favorável aos re-
volucionários. É muito cedo ainda pa-
ra tais constatações. Entretanto é i-
negável que os últimos meses mostraram
algumas mudanças significativas na si-
tuação, que vieram remexer as águas
da ditadura, até então muito tranqüi-
las após longos anos de "milagre eco-
nômico" e total marasmo político. Es-
sas mudanças se deram em dois níveis:
a) dificuldades da burguesia para re-
solver alguns problemas atuais; b) re-
animação de setores da vanguarda
(tanto da vanguarda revolucionária,
como da vanguarda de massa).

Quando falamos de dificuldades
da burguesia, não estamos nos refe-
rindo às dificuldades mais gerais
próprias das limitações estruturais
do regime - quer econômicas, quer
políticas. Até aqui um dos méritos
das classes dominantes brasileiras
foi justamente sua habilidade e
sua capacidade superior de resolver
esses problemas estruturais em com-
paração com outras burguesias da A

mérica Latina. Referimo-nos a uma certa perda de capacidade de resolver seus problemas com a relativa solidez e segurança com que o vinha fazendo até agora, ou pelo menos uma dificuldade muito maior de resolver alguns problemas atuais mais renitentes e complexos. E essa dificuldade tem já um pêso conjuntural bastante grande, inclusive manifestando-se publicamente, apesar de todos os esforços do governo em manter as aparências de que tudo vai indo muito bem.

Ao nível econômico, as dificuldades surgem de um lado, de algumas manifestações de limitações internas (mercado, por exemplo), e de outro lado, pelos reflexos da crise mundial, pondo em risco a tranquilidade do "milagre econômico".

A inflação, que até aqui vinha sendo mantida dentro de limites controlados, e cujo contrôle era brandido pela ditadura como uma das grandes provas de pujança do "modêlo



brasileiro", superará este ano as previsões oficiais dos tecnocratas do governo. Os problemas do capitalismo mundial, da crise do dólar, só contribuem para o agravamento desta situação (O ex-ministro Delfim falava a todo momento na "importação de inflação", que teria sido a principal causa de não se ter atingido os índices desejados). Outro problema que pesa aqui é a escassez de matéria prima e de alimentos básicos. Nacionalmente se fala de uma crise de matéria prima com um aumento espantoso dos preços como os do cimento, ferro para construção, madeira e aço; e nos mercados faltam alguns alimentos essenciais como a carne, o leite e até o feijão. Mais recentemente a escassez internacional de petróleo e o aumento de preços pelos produtos árabes, levou a que o governo aumentasse a gasolina em 10% de uma vez só (quando a meta da ditadura era manter a inflação abaixo dos 12% em 73). Esses aumentos forçados, muito acima dos níveis oficiais propalados pelo governo criam, evidentemente, uma série de problemas. Há pouco tempo, por exemplo, o setor de construção civil entrou em crise - inclusive com a ameaça dos empreiteiros de S. Paulo de suspender todas as obras públicas "se o governo não desse um jeito" pois os orçamentos das obras se baseavam em preços de matérias primas e em índices de inflação totalmente superados e irrealis.

Se perdura, como é de se prever, a nível mundial a tendência ao agra

vamento da crise do capitalismo, é claro que as dificuldades econômicas atuais no Brasil tenderão a aumentar. E os sintomas atuais passarão a ser o prenúncio, cada dia mais forte, de uma crise econômica interna que se avizinha.

Os reflexos dessas dificuldades ao nível político são grandes. O governo Medice termina o seu mandato claramente na defensiva e em franca desmoralização; quando havia iniciado em 68 e se afirmado nos anos seguintes como o mais capaz dos ditadores, o responsável direto pelo "milagre" e pela "ordem" interna. Hoje a opinião pública não crê mais nas pomposas declarações dos ministros, até então inquestionáveis. As informações oficiais de que a inflação estava mantida abaixo dos 12% começaram a cair no ridículo. A princípio o governo tentou insistir que sim; que a inflação estava baixando. O ministro fazia mil e um pronunciamentos para "provar" que sim. Mas a campanha de desmoralização do governo desatada pelos setores burgueses "opositores" (com a ajuda de tecnocratas de prestígio como Roberto Campos), e principalmente o aumento escandaloso dos preços de bens de consumo popular (em especial os alimentos) muito acima dos 12% propalados, é bem visível aos olhos da população, obrigou os tecnocratas a retroceder e reconhecer que o nível da inflação realmente estava superando os previstos. Puseram-se então na defensiva, ocultando os níveis reais, e tratando de colocar toda a culpa nos pro-

blemas internacionais (como se eles não tivessem nada que ver com os problemas internacionais...).

Tudo isso vem aguçar as divergências entre as classes dominantes. Um aumento das dificuldades econômicas, uma política de propaganda mentirosa que se desmascara facilmente e que desmoraliza a ditadura, só faz supor que as disputas interburguesas tenderão a agravarem-se.

Os problemas políticos externos, em especial os problemas de América Latina, influirão nestes atritos; logo após o golpe no Chile as facções procuraram capitalizar a seu favor o acontecimento. Uns afirmando que a ditadura militar no Chile significava uma vitória e um reforço de "modelo brasileiro", ou seja, uma prova a mais de que o desenvolvimento e democracia são incompatíveis, que para haver desenvolvimento é preciso "ordem", isto é, ditadura militar. Outros viam no golpe chileno o fim da "ameaça comunista" que pairava sobre o continente, e que somado aos êxitos internos alcançados até aqui, permitiriam perfeitamente que o Brasil "democratizasse" o seu regime de governo, isto é, permitisse uma ingerência maior dos diversos setores da burguesia nos rumos do Estado. De qualquer maneira estas disputas, e o aumento das dificuldades da burguesia dependerão em parte significativa dos rumos que tomar o movimento de massas no continente. Se houver uma recuperação mais ou menos rápida do movimento de massas em países

vizinhos, como Bolívia por exemplo, os reflexos poderão agravar as lutas interburguesas, principalmente se êles tiverem efeitos sôbre as massas no Brasil.

Não se pode falar de um ressurgimento do movimento de massas. Mas os problemas e dificuldades das classes dominantes, a desmoralização da propaganda ideológica anterior, o aumento do custo de vida muito superior aos índices oficiais que determinam os aumentos de salários, tudo isso pode-se refletir sôbre as massas de maneira a impulsionar os seus protestos; em especial sôbre uma classe operária há longo tempo paralizada e oprimida, que cresceu muito numericamente com o "milagre econômico". O descontentamento é grande. No dissídio coletivo dos metalúrgicos de S. Paulo êste ano, até os pelegos vieram falando de não aceitar o aumento oficial proposto pelo govêrno. A massa não acredita na história dos 12% de inflação. E talvez algumas escaramuças como o caso do metro, dos portuários e dos lixeiros, sejam já os primeiros indícios de um despertar da classe. O comportamento do govêrno em algumas dessas manifestações (por exemplo, a policia cercou totalmente o protesto dos lixeiros), poderá servir de ponto de partida para o despertar de outros setores mais importantes.

A figura do homem apaziguador de ânimos que se procura dar ao próximo ditador, poderá ser desfeita rapidamente por essas dificuldades. Se faz

algumas concessões - mesmo que aberturas por cima - isso poderá ajudar a incentivar as massas. Se ao contrário mantem o esquema rígido do período anterior corre o risco de desmoralizarse e desgastar-se rapidamente, como ocorreu com o super-prestigiado Médice nos últimos tempos.

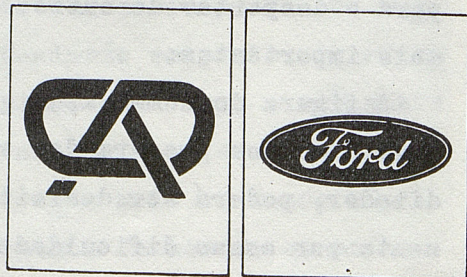
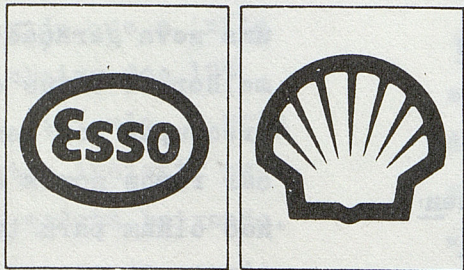
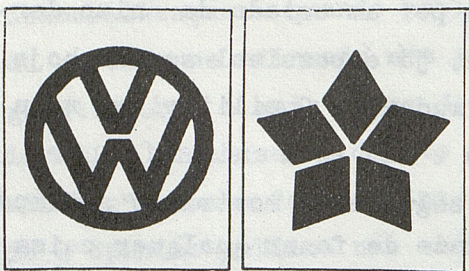
Tôdas essas questões já tem surtido efeito sôbre militantes e grupos de vanguarda. Após um longo período marcado por um estado de ânimo derrotista, já é possível sentir hoje alguma mudança. O militarismo saiu de cena e nao está ai sofrendo perdas seguidas e mostrando a "impossibilidade de fazer qualquer coisa hoje". O impressionismo diminuiu e muitos ex-militantes, ajudados por uma nova geração, passam a avaliar melhor os erros do passado, e a se preocupar com isso, e começam a buscar ramos novos e mais corretos. Já não olham para trás para justificar sua inatividade, seu derrotismo, e sim para procurar extrair uma lição: o que não se deve fazer. E olham para frente indagando o que deve ser feito para tirar a revolução do atoleiro em que se meteu.

Os acontecimentos internacionais também tem aqui suas repercuições. Ao início o impacto do golpe do Chile despertou e atraiu a atenção de vários militantes de vanguarda, de antigos militantes que se encontravam na indiferença típica de período de descenso. A magnitude da derrota da classe operáriachilena pode ter feito muitos deles voltar ao estado anterior. Mas também pode ser-

vir como uma lição definitiva, especialmente aos jovens militantes: "o reformismo também só leva a derrota. É preciso enterrá-lo de uma vez por todas. É preciso encontrar nos caminhos."

Se as tendências mundiais para um crescimento do movimento revolucionário - como nos países europeus - se confirmam nos próximos dois anos, a recuperação do movimento re-

lucionário no Brasil poderá ser um fato importante. E se poderá esperar que num novo nascimento do movimento revolucionário na América Latina o Brasil esteja presente. Nessa situação, a importância de uma intervenção da esquerda revolucionária é enorme. E antes de tudo é preciso evitar os erros do passado, é preciso saber o que não se deve fazer hoje no Brasil.





SÔBRE O chile

O golpe de Pinochet e seus cúmplices, o mais violento e sanguinário de uma série de golpes de estado que ocorrem a partir do de 64 no Brasil, além do esmagamento do movimento operário e camponês chileno, significou uma derrota para toda a esquerda latino-americana. As dimensões desta derrota somente podem ser avaliadas se entendemos o significado e todas as características do "processo chileno".

Deve ser ressaltado inicialmente, o aspecto de excepcionalidade do Chile em relação aos demais países da América. Uma das características de nossa história contemporânea é o fato de que as correntes burguesas populistas e reformistas sempre tiveram a hegemonia do movimento de massas e conseguiram manter-se, durante décadas, apoiadas num movimento popular sem direção própria e sem perspectivas revolucionárias. Os partidos ou movimentos burgueses, como o peronismo na Argentina, o trabalhismo no Brasil, o MNR boliviano, o APRA do Perú ou o

PRI mexicano, sempre dominaram o movimento de massas de acôrdo com os interêsses de um setor mais "progressista" da burguesia. Na maior parte dos casos o movimento operário se desenvolve e a estrutura sindical é patrocinada por êstes setôres que tratam, desde o início, de garantir o contrôle burocrático dos sindicatos e demais órgãos de representação dos trabalhadores. No Chile a história é bem outra. A ascensão do movimento de massas é diferente dos demais países latinoamericanos. Desde há 40 anos, o movimento operário se desenvolve, se organiza e radicaliza sob uma direção reformista, stalinista, burocratizada, mas indiscutível e firmemente exercida por dois grandes partidos marxistas, o PC e o PS. Apesar de tôdas as deformações, o movimento foi formado de maneira independente da burguesia. Durante largos anos, a direção dos dois partidos reformistas operários forjou uma consciência de classe que é qualitativamente superior à que possa ter, por exemplo o proletariado argentino. É precisa



mente este nível de consciência do proletariado chileno que permitiu uma acumulação de forças e um desenvolvimento do processo revolucionário a um ponto nunca antes atingido em nenhum outro país latino-americano. Foi o que permitiu a vitória da UP, com um programa reformista de transição pacífica ao socialismo. Esta vitória tem uma significação muito importante. O fato de ser uma coalisão de partidos de esquerda formada sob a hegemonia de dois partidos operários, estabelece uma diferença entre o governo Allende e as frentes populares clássicas, que se caracterizavam, ao contrário, por um programa democrático e uma participação minoritária dos partidos populares. Para nós é importante estabelecer esta diferença para melhor analisar o caráter do governo da UP. Dizer que o governo Allende representava os interesses da burguesia, é não entender a lição mais importante e trágica que os marxistas revolucionários devem extrair da experiência chilena: a enormidade da traição do reformismo stalinista.

O projeto de construção do socialismo num regime democrático, pacífico e pluralista, nunca teve nada a ver com os interesses da burguesia. Era a expressão mais desenvolvida e aprimorada da estratégia reformista para a América Latina. A "via chilena" foi concebida como a culminação de todo um processo que se afirmou ao longo de vários anos, na dominação pelo reformismo, do movimento operário. Não houve improvisações nem mudanças estratégicas. A linha da UP era bem clara: garantir o desenvolvimento do processo nos marcos da legalidade burguesa, avançando pouco a pouco, conciliando com a Democracia Cristã, tratando de apoiar-se simultaneamente no movimento de massas e nas forças armadas "legalistas", confiando nas "tradições democráticas" do exército. À ofensiva do imperialismo e da burguesia, o governo respondia com a conciliação. A pretexto de evitar a guerra civil, "o derramamento de sangue" (sic), a direção reformista desmobilizava as massas. O controle burocrático do movimento operário impediu o fortalecimento dos órgãos embrionários de poder popular. A preo-

cupação de evitar, a qualquer preço, um enfrentamento inevitável, teve como resultado um massacre. Ao tempo em que a ofensiva da direita se acentuava, o movimento de massas passava por um processo de radicalização crescente. A organização dos cordões industriais é o marco mais importante que expressa essa radicalização. Significou, em grande medida, a consciência do proletariado da necessidade da tomada do poder. Esta é uma questão chave. A própria radicalização do movimento operário é que coloca na ordem do dia a questão do poder. É o momento em que a direção reformista começa a ter dificuldades em controlar o ascenso que ameaça estravar os limites da legalidade burguesa. Se aproxima a hora do enfrentamento. Estão dadas as condições objetivas para que o armamento do proletariado deixe de ser uma consigna para se tornar realidade. "As massas estão armadas do desejo de se armarem". Mas o governo, fiel à sua linha de transição pacífica, e coerente com toda a estratégia reformista, segue o caminho da conciliação para evitar o golpe. Até o último dia tenta apoiar-se nos chefes militares mais "democráticos", para fazer frente à ofensiva da contra-revolução e superar a crise através de mudanças administrativas no gabinete.

Esta contradição entre o nível de consciência do proletariado e os limites impostos pela direção do PC e do PS, determina que no momento do golpe, a enorme combatividade e disposição de luta dos trabalhadores (que se materializa em uma resistência heróica e empírica), não sejam transformadas em uma força revolucionária organizada, capaz de inverter a correlação de forças, parar o ascenso da direita e iniciar um processo de guerra civil. Isto não foi possível, porque no Chile não havia um partido revolucionário suficientemente vinculado ao movimento operário, capaz de se impor de fato, como alternativa de esquerda à direção reformista.

O fato de que em três anos de ascenso contínuo do movimento de massas não se haja criado uma verdadeira alternativa revolucionária ao reformismo, não pode ser explicado somente pelo peso e influência dos partidos tradicionais da esquerda. Há que entender também, as limitações da esquerda revolucionária. Limitações estas que se manifestam tanto no setor que ficou integrado à UP até o fim, como (em outra medida), no MIR, expressão mais importante dessa esquerda revolucionária. Há uma diferença fundamental entre o MIR e as demais organizações da esquerda. O fato de que o MIR nunca tenha se integrado à UP significa compreensão que sempre teve da necessidade de tornar-se uma alternativa, de criar um polo revolucionário independente, sem criar expectativas ilusórias de influir desde dentro no sentido de forçar uma "virada à esquerda" do reformismo. Esta clareza que conseguiu manter em relação ao reformismo, sem dúvida o capacita agora, como um dos eixos da reconstrução da esquerda revolucionária chilena. O MIR, uma das organizações mais desenvolvidas da esquerda latino-americana, pode ser definido como uma organização castrista "sui generis", na medida que o seu crescimento e sua maturidade política não tem nada a ver (ou pouco) com as organizações típicas da corrente castrista (ELN boliviano, ALN brasileira, etc.). Seu crescimento orgânico e sua importância política aumentam na medida em que trata de vincular-se ao movimento operário. Sua base principal de apoio inicialmente é o movimento estudantil e o campesinato, e posteriormente o movimento dos "pobladores". É a organização que mais conseqüentemente denuncia o reformismo e tenta criar uma alternativa. Mas aí possivelmente reside sua fraqueza mais importante: a incompreensão da verdadeira natureza do reformismo e do stalinismo. Sua luta contra o reformismo é marcada pelo empirismo típico das organizações castristas: uma crítica sistemática que não chega a constituir-se numa alternativa verdadeira. A evolução política do MIR é marcada por um esforço de integração no processo chileno. Partindo de uma concepção fo

quista, luta para conquistar um espaço político no processo essencialmente urbano. Em várias situações o MIR exerceu, clara e corretamente, a função de oposição de esquerda. Como na época das grandes "tomadas" de "fundos" em que a radicalização do movimento camponês, orientada e dirigida pelo MIR, funcionou como uma pressão de massas sobre o governo. Em outras situações o MIR se absteve, lhe faltou iniciativa política para aparecer como uma alternativa concreta. Foi o caso da greve patronal de outubro de 72, em que à ofensiva da direita e à mobilização contra-revolucionária da pequena burguesia, o governo responde com a intervenção dos militares, declara zona de emergência, desmobilizando o movimento operário. A esquerda revolucionária foi incapaz de assumir a ofensiva e a direção das massas para derrotar a reação e fortalecer a esquerda.

O 29 de junho é muito significativo. A tentativa de golpe é frustrada pelos militares "constitucionalistas". A esquerda tem uma atitude passiva, que para os reformistas é coerente com sua visão de transição pacífica e confiança no "exército democrático". Mas para os revolucionários é uma demonstração de incapacidade, de passar a ofensiva, falta de clareza e iniciativa política.

A partir do tankazo, o golpe deixa de ser uma especulação para tornar-se uma possibilidade muito concreta. A posição revolucionária correta, deveria ser, então, a preparação para o enfrentamento. O eixo desta preparação: fortalecimento dos cordões industriais e formação das milícias populares. Mas aqui se manifestaram, mais uma vez, as limitações da esquerda revolucionária, que foi incapaz, de levar à prática uma política realmente independente. O anti-reformismo ficou mais ao nível da propaganda, se materializando em muito poucas iniciativas políticas concretas. Esta insuficiência não pode ser explicada somente pela pouca força da esquerda revolucionária, deve ser explicada também pela limitação política. Estavam dadas todas as condições para o desenvolvimento de uma política revolucionária. A direção reformista começou a ser questionada por

suas próprias bases. A necessidade do armamento e preparação para um enfrentamento a curto prazo eram compreendidas pelo movimento operário, que esperava uma orientação para uma direção revolucionária capaz de fazer avançar o processo. Esta direção não chegou a se afirmar como alternativa concreta.

As demais organizações da esquerda revolucionária, por sua pouca expressão (Mapu) ou sua diluição orgânica (esquerda do PS) nunca foram alternativa. Sua ruptura com o reformismo e sua política em relação a ele, é determinada de acordo com as idas e vindas do movimento de massas e não por um esforço consciente e sistemático no sentido de criar um polo revolucionário.

Nosso movimento, representado no Chile pelo PSR, não chegou a superar o estágio dos pequenos grupos propagandistas. Desvinculado do movimento de massas, nossos camaradas foram incapazes de impulsar, concretamente, uma política no sentido de contribuir à formação de um polo revolucionário, ainda que, de um modo geral, tenham tido posições políticas coerentes e claras.

O fim da "via chilena", nos mostra, muito claramente, ao que leva a política reformista de transição pacífica ao socialismo, de conciliação de classes. De outra parte, reafirma a necessidade de construção de um verdadeiro partido revolucionário. Um partido leninista de combate, capaz de se impor como direção revolucionária verdadeira, rompendo a hegemonia do reformismo sobre o movimento operário, preparando o assalto ao poder.



ÍNDICE :

Apresentação	pg. 3
O que é o PCB e para que serve	7
A esquerda revolucionária e o reformismo	14
Lições de 68	23
Sobre o Chile	35

abril 74



COMBATE

Supplément à Rouge No 252

Directeur de publication : H. WEBER
10 impasse Guéménée - Paris 4e -